

ARQUEOLOGIA E IDENTIDADES: A TORRE DE MARFIM NA ENCRUZILHADA

Prof. Dr. Luiz Oosterbeek ¹

RESUMO: A arqueologia cresceu, desde o século XIX, no equívoco epistemológico de se assumir ora como corpo de técnicas, ora como forma específica de fazer história, mas sempre como um corpo cuja dignidade disciplinar se foi, com algumas exceções, procurando na construção de “segredos da profissão”. No início do século XXI, essa torre de marfim, há muito feita ruína, vai ganhando consciência de que não tem futuro, ou de que o seu futuro exige uma abertura social, o assumir do seu carácter supra-disciplinar, e o contributo que, nessa dimensão, diferentes sectores da sociedade devem dar para a construção do saber arqueológico. Em face de uma lógica de “resistência” (o patrimonialista é o que resiste á vaga de destruição da memória), propõe-se uma abordagem holística e “agressiva”, que assume o arqueólogo como técnico ao serviço da sociedade. Mas, como tudo na vida, há um preço a pagar....e sobre ele se tentará conversar um pouco.

PALAVRAS-CHAVE: arqueologia; património; turismo; qualidade.

ABSTRACT: Archaeology grew, throughout the XIXth century, divided between considering itself as a corpus of techniques or as a specific way of making history, but always as a common "body" with a shared disciplinary dignity based, with few exception, in the building of "professional secrets". In the dawn of the XXIst century this ivory tower, long turned into a ruin, is becoming aware of its lack of future, or that its future requires social openness, assuming a character beyond disciplines, and that, in such dimension, different social sectors need to provide specific contributions to the construction of the archaeological knowledge. Facing a "resistance" logics (the heritage professional is the one who resists against memory loss), one suggests an holistic and "aggressive" approach, assuming the archaeologist as a technician serving society. But, as always in life, there's a price to pay...one we will try to argue about.

KEY-WORDS: archaeology; heritage; tourism; quality.

Talvez a primeira área de saber “pós-moderno” tenha sido a arqueologia, que desde a sua formação como disciplina autónoma, no século XIX, conviveu mal com o espartilho disciplinar de uma modernidade racionalista que, em meados desse século afirmara já a plenitude das suas potencialidades e se preparava para, até ao final do século, se esgotar enquanto via de saber “positivo”. A “inquietação”

¹ Instituto Politécnico de Tomar (Portugal).

inerente à investigação nos mais diferentes campos do saber, acelerada depois da década de 70 no século passado, faz parte da matriz fundadora da arqueologia. Uma área do saber que se alimentava do classicismo, da geologia e da etnografia ao mesmo tempo; um campo de estudo que se reconhecia simultaneamente nas ciências do Homem, da Terra e da Natureza.

Uma disciplina tem um objecto, um *corpus* metodológico e uma matriz teórica explicativa, dizem os manuais. Mas qual o objecto da arqueologia? A que perguntas fundamentais procura responder? É certo que lhe reconhecemos alguns métodos, sobretudo na abordagem dos vestígios materiais do passado, mas essa perspectiva “metodologizante” foi a que lhe recusou, por tanto tempo, um estatuto para além do de mera auxiliar da história. Em que se distingue o seu objecto do desta última? Ou do da antropologia, quando falamos em arqueologia social? Ou do da Geografia, quando falamos de arqueologia espacial? Ou do da Paleontologia Humana, quando tratamos de estabelecer a nossa origem? Onde estão as “fronteiras” da arqueologia?

A arqueologia não existe fora de cada uma destas suas “irmãs-rivais”. É por isso que não é uma disciplina; é por isso que é, antes de mais, uma forma de entender o Ser humano no mundo e, nessa medida, uma área de saber pós-moderna, como o viriam a ser a ecologia ou as ciências da informação e da comunicação.

E daí o equívoco, o “pecado original” que se derramou sobre os descendentes de Lubbock, Montellius ou Tylor. Nascida “antes de tempo”, a arqueologia foi-se afirmando profissionalmente como “uma disciplina”, ancorada não tanto na especificidade do seu objecto como no conjunto de “segredos profissionais” que revestiram, pouco a pouco, um complexo edifício de interesses por vezes conflituantes, ora mais ligados ao mundo académico (junto a Departamentos de História, de Antropologia, de Geologia, de Biologia, de Geografia... assim sublinhando a sua falta de unidade disciplinar), ora a meios mais “pragmáticos” (arqueologia pública, arqueologia museográfica, arqueologia empresarial).

Mas, para se impor num meio académico de matriz racionalista e positivista, a arqueologia foi reforçando os artifícios segregadores de identidade, como um léxico específico (do biface à mancha de ocupação, dominamos um vocabulário incompreensível mesmo para os nossos colegas de áreas vizinhas), uma relativa opacidade do discurso (sublinhamos a nossa identidade não nos fazendo compreender, tal como os informáticos o faziam até à revolução Macintoshiana), e uma forte carga estética (alimentada por desenhos e fotografias, mas também por uma cultivada qualidade literária) embrulhada numa retórica cada vez mais

científica (reclamando o estatuto de ciência pela exibição de “provas” fósseis). Este complexo e elaborado edifício, excelente torre (ou torres, porque sempre se foram afirmando várias torres concorrentes) de marfim, ajudou a evitar o debate interdisciplinar, que poderia questionar os fundamentos da autonomia reclamada.

É esta pluralidade, difícil de apreender socialmente e não consciencializada, mesmo refutada, pelos artífices da arqueologia, que continua a alimentar o imaginário popular que vê no arqueólogo um qualquer *Indiana Jones*.

A crise da fé positivista, no plano epistemológico, associada à emergência do discurso cultural humanístico, tendente a resgatar a dignidade das expressões culturais menos monumentais (com evidentes conotações políticas), alargou de forma insuspeitável o território da arqueologia. A arqueologia, sobretudo a partir da década de 70, foi-se assumindo como instrumento de recuperação de paisagens fósseis, feitas de um sem número de indícios, de sombras, entre as quais se começou a ver pluralidades culturais onde antes se viam apenas culturas discretas ou processos evolutivos. Esta nova forma de encarar o olhar arqueológico sobre o território, que em rigor coexistia com outras desde o século XIX mas que só agora se torna dominante, levou a associar a arqueologia à ecologia, conferindo-lhe por essa via uma nova influência social, no quadro dos estudos e minimizações de impactes ambientais. É difícil não ver neste processo o ressurgir da arqueologia como variante da biologia, que agora procura conservar vestígios como quem conserva ninhos de cegonhas ou elefantes em perigo de extinção. É, também, uma arqueologia cada vez mais antropológica, ou seja, mais preocupada com a variabilidade da espécie do que com a sua historicidade evolutiva. E é uma arqueologia assumidamente geográfica, que recusa a visão do património como um conjunto de peças que se podem recortar e afirma a unidade indissolúvel do todo: é esse o fundamento dos parques arqueológicos e foi esse o verdadeiro cerne do debate internacional sobre a preservação das gravuras rupestre do vale do Côa em Portugal, em 1994 e 1995.

Significativamente, o debate sobre o vale do Côa na década passada não foi um debate técnico ou entre arqueólogos, embora estes tivessem um papel importante a jogar. Tratou-se, antes de mais, de um processo social, alimentado pelos jovens estudantes e, depois, retomado pela imprensa mundial. A maioria dos arqueólogos não interveio nesse debate. De alguma forma, nem tal seria de esperar, pois o que Foz Côa significou para a arqueologia europeia foi, objectivamente, o irromper da dinâmica social por sobre a visão tecnocrática da torre de marfim. Em 1995 recusou-se o modelo que, até então, fora o melhor exemplo de boa gestão do património arqueológico ameaçado: a gigantesca operação de Assuan no Egipto. No final do século, o que largos sectores da sociedade fizeram foi tentar utilizar a

arqueologia para propor soluções alternativas de gestão do território, simultaneamente convocando os arqueólogos para essa tarefa (o que, num primeiro momento, lhes reforçou a projecção mediática), mas a prazo apropriando-se desse território e da arqueologia com ele (alienando os arqueólogos da posse de um “objecto” que, sem nunca ter estado bem estabelecido, era em todo o caso o alvo do seu corpo de saberes). Foz Côa representou para a arqueologia europeia e do velho Mundo o sinal que, no campo da antropologia e do novo Mundo, representam os debates sobre os direitos dos povos indígenas. E foi uma batalha “ganha” pela sociedade, e não pela corporação dos arqueólogos. É neste terreno que, hoje, se travam as grandes batalhas em defesa da arqueologia, como a da Serra da Capivara no Brasil ou a dos Kurgans da Ásia Central.

O alargamento do leque de objectos intervencionados pela arqueologia, até ao ponto de abranger a totalidade do espaço e de envolver uma crescente parafernália de métodos analíticos, veio, por outro lado, tornar cada vez mais dispendiosa esta actividade, colocando exigências de um esforço financeiro crescente, por parte das sociedades, no estudo e salvaguarda das suas memórias fósseis. Esta realidade é hoje o golpe de misericórdia sobre as torres de marfim que, isoladas da sociedade, vão sendo asfixiadas pela falta de recursos.

No entanto, a arqueologia não deveria temer esta abertura social, porque desde a sua origem foi um campo de saber construído com uma forte componente de trabalho colectivo, feito de gerações sucessivas de operários e de estudantes que, por serem os responsáveis por registos de realidades por eles imediatamente destruídas (no avanço das escavações), participaram na construção do “saber arqueológico”. A arqueologia foi, desde sempre, e apesar das torres de marfim, uma área da *praxis*, com uma forte componente de dialéctica social na construção do seu discurso. Hoje, tal como a ecologia, deve saber incorporar saberes não eruditos, compreendendo a sua relevância no quadro da função social da arqueologia.

O turismo enquadra-se neste processo, pois o turismo constitui um processo de contacto entre identidades culturais diversas e a arqueologia participa do processo de construção dessas identidades. Olhado como adversário da conservação do património durante muito tempo, o turismo comporta, efectivamente, sobretudo três riscos: o de artificializar a memória, destacando apenas certos locais que se musealizam; o de erosionar materialmente os locais visitados, por excesso de carga; o de alienar os residentes da fruição desses locais.

No entanto, existem também dinâmicas no turismo que são positivas para o património. A frequência turística de certos espaços gera a necessidade de conservá-los, trazendo assim, para a arqueologia, mais recursos financeiros. Por

outro lado, o turista procura, embora encontre cada vez menos, a genuinidade dos locais que visita e, nesse sentido, não aprecia a mera cenografia e a alienação acima referida; pelo contrário, o turista procura locais com os seus habitantes, procura vivências diferentes. Se o turismo de massas é potencialmente um turismo que prejudica o património, pois rapidamente ultrapassa a sua capacidade de carga, não é menos verdade que, face á indústria turística, o turista e o arqueólogo estão, no essencial, do mesmo lado: ambos procuram memórias e a sua conservação, ambos recusam a massificação e valorizam as especificidades. Claro que, nesta concepção, falamos do turista genuíno, e não no excursionista, sendo que os primeiros serão entre 10 a 20% do total dos viajantes na actualidade.

A arqueologia deve, então, sair da sua arruinada torre de marfim, e incorporar os turistas na construção do discurso arqueológico. Na verdade, sabemos hoje que o passado é uma construção ideológica produzida pela sociedade, e em permanente re-elaboração. Os arqueólogos são técnicos especializados nesse processo, e essa é a sua função social, mas não devem esquecer que o passado “verdadeiro” é aquele que a sociedade percebe, e que o acto de perceber é uma relação, e não uma mera assimilação. Os arqueólogos têm, assim, uma função insubstituível, mas que só é útil na medida em que convocam toda a sociedade a participar no processo; se o não fizerem, a sociedade terá do passado uma percepção divorciada do saber arqueológico, e esse é o drama da torre de marfim. Pelo contrário, se se construírem mecanismos de participação social na construção do saber arqueológico, então este último será mais assumido pela sociedade no seu conjunto e, dessa forma, mais útil e mais eficiente. Será um saber de raiz científica, racionalista, e que tomará a investigação dos arqueólogos como unidade nuclear, mas será, também, um saber temperado pelos pontos de vista locais, com uma dimensão emocional recuperada.

Actualmente, os turistas constituem, pela sua postura de curiosidade pelo diferente, um sector da sociedade especialmente relevante para a participação neste processo de construção do passado. O que importa, então, é delinear os mecanismos de participação dos mesmos numa estratégia de compreensão, valorização e salvaguarda do património.

É nesta perspectiva que se criou o sistema HERITY (acrónimo de Heritage and Quality), que começa a ser testado em diversos países e que seria interessante que começasse a ser implementado no Brasil. Este sistema parte da concepção de que o Património, material e imaterial, é a memória histórica da Humanidade e a raiz da pluralidade de identidades existentes. Por isso, toda a sociedade tem com ele uma relação umbilical, mesmo que dela decorra, como tantas

vezes acontece, uma prática destrutiva. Importa, assim, definir estratégias de gestão do património que sejam compatíveis com a sua conservação e sustentáveis do ponto de vista das relações socio-económicas. É aqui, pensamos, que reside a chave para a articulação dos termos que constituem o mote deste Seminário.

Uma gestão compatível e sustentável requer a confluência e permanente interacção de diversas dimensões, que não podem mais continuar isoladas: a investigação (a componente basilar, pois é ela que identifica e caracteriza os elementos de memória), conservação (que monitoriza a compatibilidade das intervenções sobre o património, pois é ela que evita a sua destruição), valorização (pela musealização de certos espaços, construção de itinerários ou edições de divulgação generalista ou especializada) e uso (a fruição, que interessa a toda a sociedade). Conhecemos muitos contextos em que um destes componentes é excelente, mas onde falham outros e, a prazo, todo o contexto se degrada. É um facto que estes quatro níveis não são apenas diferentes, são contraditórios entre si. Um plano de gestão deve integrar todos os actores do processo, e negociar pontos de equilíbrio.

São três os principais actores do processo. Por um lado os arqueólogos e outros especialistas da memória, junto com as associações de defesa do património; eles se preocupam sobretudo com a investigação e conservação. Por outro lado os empresários e gestores do território, que se preocupam sobretudo com a valorização para o uso. Mas o terceiro actor são os usufrutuários, que normalmente não são escutados pelo primeiro grupo (que deles desconfia) e que, em consequência, são apenas condicionados pelo segundo. Criar mecanismos de participação dos usufrutuários na definição do processo (e não apenas no consumo dos produtos finais) é positivo para os interesses da investigação e conservação, pois eles são naturais aliados de uma estratégia compatível; mas é igualmente positivo para o mundo empresarial, pois o maior envolvimento da população neste processo aumentará os níveis de frequentação, permitindo assegurar estratégias de crescimento sustentável. A palavra-chave num sistema integrado em que intervenham todos estes actores é “qualidade”.

O sistema HERITY define quatro vectores de abordagem para a classificação de um bem cultural (sítio, museu, festa ou outro): valor percebido, conservação, comunicação e serviços oferecidos. Em todos eles intervêm todos os actores referidos.

O valor percebido é o que confere a um determinado sítio, ou peça, ou paisagem, um carácter “memorial”. Pode ser um valor determinado pela ciência e ainda pouco reconhecido pela sociedade, ou pelo contrário ser muito valorizado por

uma comunidade local mas menos exemplar do ponto de vista da investigação. Pode ser um valor artístico, ou social, ou outro ainda. E pode, muitas vezes é, ser o cruzamento de diversas valias diversas e, eventualmente, contraditórias. Avaliar o valor percebido é, pois, uma primeira forma de garantir a participação social na construção dos espaços de memória.

A conservação é o conjunto de medidas, desde planos de gestão a intervenções técnicas especializadas, que asseguram a manutenção do equilíbrio actual de um determinado bem. Uma recuperação de fachadas que destrua os interiores, ou uma conservação técnica que não esteja integrada num plano de gestão compatível e sustentável, não podem merecer avaliação positiva.

A comunicação é uma dimensão crucial na gestão do património. Como se estabelece a relação entre o saber académico e os quadros conceptuais dos visitantes? Há discursos para diversos públicos? São utilizadas línguas diferentes? Há pluralidade de caminhos a percorrer, sugerindo a criatividade e reflexão por parte dos visitantes? Há mecanismos para os visitantes contribuírem para a produção do conhecimento (por exemplo, em certos museus de antropologia, existem espaços para os visitantes gravarem os seus testemunhos que são, subsequentemente, incorporados no próprio museu).

Finalmente, que serviços complementares são oferecidos, desta forma facilitando a integração desses bens no fluxo social, ou seja, tornando-os espaços públicos não segregados. Há banheiros? E cafés? Há uma loja para comprar recordações? Há um serviço didáctico ou uma oficina onde se possa aprender ofícios tradicionais?

Em todos estes momentos, os visitantes, os usufrutuários, intervêm no processo de classificação e de avaliação de um bem cultural. Seria muito interessante que estes princípios fossem aprovados neste Encontro, e que dele nascesse uma vontade de estabelecer alguns planos de gestão integrada que viessem a ser avaliados pelos critérios HERITY dentro de dois ou três anos.

É necessário promover uma crescente integração entre a arqueologia e o turismo, porque a arqueologia é o instrumento para resgatar a esmagadora maioria do Património ainda não conhecido e porque o turismo é o sector económico com maior impacto sobre o Património. Precisamos de uma visão holística de uma estratégia “agressiva”, que assuma o arqueólogo e o turismólogo como agentes técnicos ao serviço da sociedade, sem que um ou outro pretendam ser os “coordenadores”. Precisamos romper com falsas visões hierárquicas e de aprender a trabalhar em rede.

Em Portugal, constituímos uma estrutura, designada por Parque Arqueológico e Ambiental do Médio Tejo, onde se articulam duas dezenas de entidades, incluindo prefeituras, ensino superior, centros de investigação, organizações não governamentais de defesa do património e agências de desenvolvimento. Todas estas entidades destacaram técnicos que, todos os meses, reúnem e fazem propostas de intervenção comuns, que assim preparadas encontram maior facilidade de implementação. Na base tentamos criar uma imagem exterior baseada na unidade cultural e socio-económica da região. Creio que este modelo, que já mereceu apoio da UNESCO, é uma forma de contribuir para aproximar os vários actores deste processo e, dessa forma, contribuir para o verdadeiro desenvolvimento.

A arqueologia é uma área do conhecimento que intervém no processo de formação das identidades colectivas, a vários níveis. Essa é, e será cada vez mais, a sua grande relevância social, num mundo que precisa cultivar o direito à diferença, o interesse pela pluralidade. A arqueologia, cuja maior fraqueza, no passado, era uma incapacidade de produzir verdades inquestionáveis, tem hoje a força de afirmar incertezas, contradições e diversidades.

Este seminário decorre no quadro da preparação do XV Congresso Mundial da UISPP, a organização da UNESCO para a arqueologia, que se realizará em Lisboa em Setembro de 2006. Este será um congresso em que a atenção a estas temáticas assumirá um destaque sem precedentes, procurando posicionar a comunidade científica internacional neste novo quadro social e epistemológico. As conclusões do presente seminários serão, seguramente, de grande importância para o Congresso de 2006.

SUGESTÕES DE LEITURA

- ASHWORTH, G. and TUNBRIDGE, J. *The Touristic-Historic City*. London: Bellhaven, 1990.
- BRETT, D. *The Construction of Heritage*. Cork: Cork University, 1996.
- CRUZ, A.R., OOSTERBEEK, Luiz. (coord). *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico – perspectivas em diálogo*. Série ARKEOS, vol.1. Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, 1997.
- LEWIS, D. & ROSE, D. *The shape of the dreaming. The cultural significance of Victoria river rock art*. Canberra: Aboriginal Studies Press, 1995. pp. 79.
- GRAHAM, B. *A Geography of Heritage*. London: Arnold, 2000.
- LOWENTHAL, D. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: CUP, 1989.
- OOSTERBEEK, L. Artes, Ciências e Tecnologia: dialéctica da educação ou o paradoxo da modernidade politécnica. In: CRUZ, A.R., OOSTERBEEK, L. (coord.). *Perspectivas em Diálogo. 1º Curso Intensivo de Arte Pré-Histórica Europeia*. Série ARKEOS, vol.6, tomo I, Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo, 1999. pp.179-186.
- OOSTERBEEK, L. *Da Natureza das Coisas - convite à inquietação*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 1999.
- OOSTERBEEK, L. *Fundamentos de Turismo*. Pelotas: Gráfica da Universidade Federal de Pelotas, 2000.
- OOSTERBEEK, L. Cultural heritage and Human Rights: a matter for long life learning, In: *La Gestione del Patrimonio Culturale - Proceedings of the 5th International Meeting*, Roma: DRI, 2001. pp. 212-215.
- OOSTERBEEK, L. Que limites para o espaço lusófono? Que limites para o Turismo?, In: *II Congresso de Turismo Cultural, Lusofonia e Desenvolvimento, Anais*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2002. pp. 73-77.
- OOSTERBEEK, L. Brittle Memories: the most unknown but unexpected and forgotten Heritage, In: *La Gestione del Patrimonio Culturale: il patrimonio inconsueto - Proceedings of the 8th International Meeting*, Roma: DRI-Ente Inerregionale, 2004. pp. 20-23.
- SCATAMACCHIA, M.C..M., OOSTERBEEK, L. *Entre o Espanto e o Esquecimento - Arqueologia das sociedades brasileiras antes do contacto*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

*Arqueologia e Identidades:
A Torre de Marfim na Encruzilhada*

WINTER, Tim. *Cultural Heritage and Tourism at Angkor, Cambodja: developing a theoretical dialogue*. In: *Historic Environment*. 17-3, 2004. pp.3-8.

TUNBRIDGE, J. and ASHWORTH, G. *Dissonant Heritage*. Chichester: Wiley, 1997.

Recebido em: 20/11/2004
Aprovado em: 21/02/2005
Publicado em: 17/04/2005